

Cumprimento a todas as autoridades.

Sou o 63º Desembargador a prestar o juramento de Presidente do e. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Vários prestaram o juramento em uma ambiência de prosperidade, de tranquilidade, e outros, como a mim, em meio a nuvens espessas, austeras e recheadas de tempestades poucas vez por mim vistas ao longo dos meus 30 anos de magistratura.

Tempo de muita reflexão e de perseverança para todos nós. Aos ideais de nossos antepassados devemos nos permanecer fieis não temendo pelo futuro, já que superaremos, sem dúvida alguma, esses receios brotados do medo daqueles que só enxergam perigos, como modulador do futuro próximo.

A nossa capacidade não foi diminuída e nosso espírito de resistência se mostra presente.

As intransigências, hostilidades de toda sorte, sempre foram repelidas. Muito se fez e muito mais há a fazer com dedicação integral, que as funções de juiz exigem para o atendimento dos jurisdicionados.

O Poder Judiciário é o abrigo de todos, e por isso mesmo traz a dedicação, não como mera qualidade dos juízes, mas como uma imposição para a garantia da igualdade na dignidade humana mesmo que pudéssemos ter alguma incerteza sobre o que seria o mais justo em cada caso, mas que propõe a construção a cada tempo do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Nas histórias de Mato Grosso, temos figuras ilustres como o Capitão Mor Pascoal Moreira Cabral quem determinou em 08 de abril de 1719, na localidade São Gonçalo Velho, pouco abaixo da foz do Rio Coxipó Mirim, no Rio Cuiabá, a lavratura do termo de certidão que assegurava os seus direitos de descobridor e explorados das minas ali

encontradas por seus homens fundando assim o Arraial de Cuiabá. Ele assim determinou uma vez que era pessoa determinada, exímio caçador de índios e conhecedor de ouro que não lê e nem escreve. Determina porque sabe que haveria de fazer, como Antônio Pires de Campos, chefe de outra Bandeira, também chamada de monções, que lutou com os índios nas confluências dos Rios Coxipó e Cuiabá, capturando-os para a escravidão. Não era fácil viver por aqui naquela época e “...*em serviço de sua Real Majestade, já perdemos até agora oito homens brancos, fora negros...*” teria dito ele em carta levada pelo Capitão Antônio Antunes Maciel, juntamente com o termo de certidão ao Capitão-General Governador da Capitania de São Paulo, D. Pedro de Almeida Portugal, assim proporcionando ao Bandeirante a nomeação de Guarda-mor Regente do já Arraial de Cuiabá.

Ele sabia que a região era de conflitos constantes, envolvendo as Tribos Bororos, Caiapós, Guaicurus, Xavantes, Parecis e Bakairis, entre outros, ora se unindo contra a indesejada presença dos brancos, ora por disputa, entre elas de rios e de melhores terras.

Conquistas que em nossa Capital revelam 297 anos de história, que honrosamente acolheram Miguel Sutil de Oliveira, outro Bandeirante contemporâneo do fundador de nossa querida cidade, e que talvez tenha sido o maior responsável pela sua localização ao encontrar às margens do Córrego da Prainha uma mina de ouro, que mudou a história do centro-oeste brasileiro e acomoda-se também em nossa história o Marechal Candido Rondon, que quase duzentos anos depois de Moreira Cabral, em 1909, estabelece como sendo em Cuiabá o centro geodésico da América do Sul.

Tempos esses também recheados por nuvens escuras, de perigos iminentes, mas viajaram como puderam, exploraram regiões ermas e desconhecidas, conquistaram territórios, não se afastaram de seus propósitos, de seus ideais, e de suas metas, pois sabiam que as conquistas

eram necessárias, acreditaram nelas e aqui estamos nós diante de tamanho legado e responsabilidade.

Hoje temos um Estado bem avançado na produção agrícola, na pecuária, nos meios de transportes e na economia de modo geral. Podemos sim olhar para o mundo com a sensação de que não estamos parados no tempo e buscamos a ordem e o progresso insculpidos em nossas bandeiras de vida. Aquela coragem ainda é motivo de respeito, mas os objetivos a serem alcançados mudaram, e mais respeitados são os que conquistam sem oprimir, sem inferiorizar ou escravizar a população, uma vez que expõe suas verdades sem medos dos preconceitos ainda medidos pela sociedade.

A tradição, também do Judiciário Mato-grossense, nos impõe a tarefa de sermos também éticos e inadmitir analgesia para as nossas conclusões, para não permitirmos a sua “morte” em troca de avanços hedonísticos, autorizadores de manobras, negociatas, de improbidade que permeiam muitos ao afirmarem que estão a observar o bem comum, através de imoralidades e ilicitudes.

Antônio Gramsci pensava na submissão aos dominados em nome da Nação ou da Pátria a um suposto “destino nacional” provocador, como se isso fosse algo natural, porém na verdade inibição da potencialidade de reação, de escolhas, aqui também meus Senhores, vital é a tarefa do Poder Judiciário por meio de suas decisões, preservadoras dos direitos humanos, da dignidade como fundamento da República, consoante artigo 1º da Constituição da República do Brasil.

Na realidade atual, o populismo ganha enorme prestígio, como contraponto a falência da forma como os mandatos eletivos estão sendo desempenhados. O populismo tenta o impossível, protagonizando o distanciamento da austeridade, bem na linha de seu Papa “Paul Krugman”, mantendo a submissão da população ao Estado, que por sua vez mantém as “devoluções de rendimentos”, via estímulos fiscais e

obras públicas para aqueles que lhes “financiam dinheiro” já tão encarecidos nos mercados, favorecendo os prósperos.

Ao judiciário não cabe semear conflitos, e tampouco, muito menos ser o culpado pelos males da sua sociedade, e aqui se posiciona o Poder Judiciário do Estado, que não é “departamento” de nenhum outro Poder, e nem o será. Ele é um poder instituído, composto por aqueles que arduamente trabalham com honestidade, com coragem, tolerância, curiosidade, lealdade e patriotismo, fundamentos tão antigos, mas verdadeira força silenciosa de progresso, sob todos os aspectos, e se nos escorrem entre os dedos cabe nos retornar a essas verdades.

Volto a dizer que não tememos o futuro. As tormentas nos fazem mais fortes e melhores do que antes. Não somos reféns e a história deste Tribunal de Justiça é proba e Republicana, com perfil ético a impedir o rebaixamento do ser humano ao grau animalesco e de primitivo espírito comprometendo os nossos ideários.

Não precisamos de publicidades que não estejam sustentadas na produção de serviços. Hoje estamos em segundo lugar dos Tribunais de porte médio, consoante o relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça.

Sabemos muito bem, não seremos bem sucedidos agindo sozinhos. Temos que agir em conjunto como poderes e povo unidos para que se produza justiça para todos.

Temos que transpor os abismos que nos dividem, temos que construir “pontes”, não ingressaremos no vale do desespero, pois somos também veteranos do sofrimento criativo e se juntos estivermos, sentados à mesa da fraternidade, teremos uma prestação jurisdicional menos cara, rápida e eficaz.

As mudanças tecnológicas e administrativas certamente se apresentarão e com elas modificaremos os resultados, nos aperfeiçoaremos juntos, atenderemos aos desafios internos e as metas

trazidas pelo Conselho Nacional de Justiça e para isso conto com o auxílio de todos, lembrando o professor Paulo Roberto Mota (Transformação Organizacional):

*“A mudança aparece não só como inevitável mas necessária à sobrevivência. Os fatos se alteram com rapidez, e o mesmo acontece com as ideias. Encurta-se o tempo para planejar, experimentar e agir. As mudanças terão que ser perseguidas e introduzidas antes de se saber se o total sentido e sem garantia de êxito.*

*A intensidade da presente revolução, tecnológica e administrativa, já não deixam alternativas senão a de segui-la com a própria rapidez que a caracteriza. A mudança alcança as pessoas e instituições todos os dias, de forma tão gradual e imperceptível quando global e estrondosa. Por meio das formas lentas de mudanças se percebe sua irreversibilidade; pelos seus impactos surpreendentes aprende-se a necessidade de se preparar para ela. Mesmo assim, muitos ainda não se conscientizaram da ocorrência de mudanças fundamentais; vêem-nas apenas como variações de práticas passadas, cujo impacto será pequeno, e pensam poder continuar seus trabalhos da forma costumeira. Essas pessoas serão alcançadas pela mudança de maneira mais dramática: terão de enfrentá-las com mais receios, apreensões e incertezas.”*

Assim, renovemos as forças para continuarmos servindo a Justiça. Neste período de “inverno” com esperança e virtude enfrentaremos ventos gelados e todas as tempestades que nos assolarem, não recuaremos um milímetro desde o servidor da Comarca mais distante, e no futuro estarão nossos olhos fixados, para que aos sucessores e futuras gerações saibam que incorporamos o espírito de serviço promovendo significado algo maior que a nós próprios. Encerro dizendo que apenas me

preocupo em merecer as honrarias das funções de Presidente do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, e tenho certeza que ao término do biênio estarei legitimado a elas.

*Cruce Salus.*